

O REVOLUCIONARIO E O SUBVERSIVO - DISCUTINDO O FEMININO EM ANTÍGONA DE SÓFOCLES

Pedro Luiz Barbosa de Jesus (IC) e Angela Zamora Cilento de Rezende (Orientadora)

Apoio: PIBIC Mackenzie

Resumo

O presente objetiva discorrer sobre a personagem Antígona de Sófocles no que concerne ao papel tradicional da mulher desde a Grécia Clássica, bem como avaliar se suas ações podem ser tomadas como subversivas e revolucionárias. Pretende-se também inferir se tais atributos pertencem ao feminino ou se são características ontológicas do ser humano. Inicia-se com a digressão sobre a trilogia da família tebana, iniciada com Édipo-Rei para posteriormente discutir o que foi proposto.

Palavras-chave: Tragédia; Antígona; filosofia.

Abstract

The purpose of this talk about the Antigone of Sophocles character in relation to the traditional role of women since Classical Greece, and to assess whether their actions can be taken as subversive and revolutionary. It is also intended to infer whether such attributes are feminine or are ontological characteristics of being human. It begins with a digression on the trilogy of Theban family, started with Oedipus the King to further discuss what was proposed.

Keywords: Tragedy; Antigone; philosophy.

Introdução

O trabalho a seguir caracteriza-se como apontamentos e questionamentos sobre a relação de gênero existente. Tendo em vista, essencialmente, a ideia – ultrapassada, mas há muito difundida; de subjugo, fraqueza e interiorização do feminino em relação à figura do masculino.

A fim de entendermos os desdobramentos e consequências históricas a partir da tragédia *Antígona* nos perguntamos se a protagonista chega a ser considerada subversiva e/ou revolucionária frente aos mandos e desmandos de seu tio e governante de Tebas, Creonte.

Objetivamos analisar a personagem título da tragédia para de uma forma geral compreender as mulheres que se rebelam frente aos homens subvertendo e revolucionando a história dos gêneros feminino e masculino ditos, respectivamente, como dominante e dominado.

Para alcançar os objetivos acima descritos, será imprescindível a análise da referida obra referente ao tema, bem como fontes secundárias – obras filosóficas e artigos. Sendo assim, lançaremos mão a uma pesquisa *qualitativa* para elaborar o nosso trabalho.

Referencial Teórico

I – A trilogia tebana: a tragédia a muito conhecida e seus antecedentes

A tragédia *Antígona* faz parte de uma trilogia antecédida por *Édipo Rei* e *Édipo em Colono*, que retratam o destino da família real tebana. Juntas, as três obras são a maneira que o tragediógrafo Sófocles conta a história há muito conhecida das desventuras do rei Édipo e de sua prole. Apresentaremos um breve histórico dessa trilogia:

Os antecedentes das tragédias escritas e encenadas na Grécia antiga, são há muito conhecidos e contam que Édipo, o filho indesejado de rei Laio e da rainha Jocasta, como anunciava o oráculo, mata o pai e desposa a mãe. Por isso, o recém-nascido é entregue a um pastor que devia perfurar e amarrar seus pés para assim deixá-lo no monte Citerón onde morreria. Porém, movido pela piedade, o pastor entrega a criança a um de seus companheiros que a leva ao reino de Corinto, onde o rei Pôlibo e sua rainha o criam como filho, dando-lhe o nome de Édipo em alusão a seus pés feridos e inchados.

Quando adulto, Édipo descobre seu triste destino e, por isso, não volta mais a casa em que cresceu, supondo que ter sido criado por seus pais biológicos. Sem terra e sem

objetivo, ele segue para Tebas, onde seus habitantes sofriam com a Esfinge que devorava quem era incapaz de decifrar seus enigmas.

No retorno de sua consulta ao oráculo, Édipo envolve-se em uma briga e mata Laio, seu pai, sem saber. Pouco tempo depois em Tebas, decifra o enigma da Esfinge, salvando a cidade do impiedoso mostro e ganhando como recompensa a mão da rainha. Destarte, Édipo casa-se com sua mãe, Jocasta. Ignorantes à identidade um do outro e ao infortúnio que se realizará, Édipo e Jocasta tornam-se pais de dois filhos – Polinices e Etócles – e duas filhas – Antígona e Ismene. Os deuses, atentos a desobediência às previsões de seus oráculos, fazem tombar uma peste sobre Tebas que dizima seus habitantes.

Édipo Rei, a tragédia que dá início à trilogia, conta o episódio em que o rei, querendo salvar o povo tebano da peste, manda seu cunhado, Creonte, ao oráculo de Apolo, perguntar qual a solução do terrível infortúnio e o deus anuncia que a solução seria descobrir e punir o causador da morte de Laio. Pretendendo fazer o que se deve, Édipo chama o adivinho Tirésias, mas duvida de suas intenções quando este lhe diz a verdade. Porém, intrigado e temeroso, o rei, confronta Jocasta que por sua vez conta o que o oráculo disse sobre o filho que mataria o próprio pai. Lembrando-se de seu destino Édipo apavora-se com a ideia que é confirmada quando um mensageiro vindo de Corinto traz a notícia que Pôlipo morrerá e revela que Édipo foi criado por pais adotivos.

Confirmado que o destino que se cumprira, Jocasta tira a sua vida e Édipo arranca seus próprios olhos com as mãos como forma de punir-se por suas terríveis atitudes.

Por sua vez, *Édipo em Colono* conta que depois do infortúnio, o rei é expulso de Tebas pelos filhos Polinices e Etéocles, que só pensam em disputar o trono. Vagando pela Grécia, ele é auxiliado por Antígona, chegando ao bosque de Colono, onde recebe proteção do rei de Atenas, Teseu. Pouco tempo depois, Ismene se junta ao pai e a irmã, bem como, Polinices, procura o pai pedindo apoio quando o irmão lhe usurpa o trono, atitude que lhe faz conseguir apoio das terras inimigas de Tebas, onde reúne sete guerreiros que avançariam sobre as portas tebanas.

Fracassando em seu intuito, Polinices pede à Antígona que ela lhe dê uma sepultura digna e não deixe que seu corpo padeça em Tebas. Amaldiçoando os filhos, Édipo profetiza que os irmãos se matariam e dirige-se ao local de sua morte. Ele some misteriosamente em direção às profundezas da terra, tendo apenas o rei como sua testemunha para que assim Atenas fosse protegida. Suas filhas, que não presenciaram o acontecido, pedem em vão para que Teseu mostre o túmulo do pai, mas se assim o fizesse, perderia a proteção garantida por Édipo. Sendo assim, elas voltam a Tebas a fim de evitar o fratricídio.

Antígona de Sófocles apresenta o conflito entre a princesa tebana, personagem título da tragédia, e seu tio, Creonte, pois, quando as princesas voltam a Tebas, Creonte que então assumira o trono, proíbe que qualquer cidadão tebano sepulte Polinices, enquanto Etéocles recebe as devidas honras fúnebres.

Antígona pede ajuda a irmã para levantar o corpo de Polinices e sepultá-lo como o prometido antes de sua morte e, embora Ismene não tenha sua coragem, ela sozinha consegue executar seu plano. Creonte, quando descobre a traição da princesa, manda que a prendam viva em um sepulcro para que assim ela padeça. Ele é confrontado por seu filho, Hêmon, que pede ao pai que perdoe sua noiva Antígona, mas só cede quando Tirésias lhe revela as maldições que caíram sobre sua família se continuar a insistir em sua ordem.

Antes de ser liberada de seu cruel destino, Antígona se enforca com seu próprio véu e morre nos braços de Hêmon que tenta salvar sua noiva em vão e se suicida também. Creonte carrega Hêmon nos braços até as portas do palácio e quando a rainha, sua mulher, descobre a morte do filho também tira a própria vida, cumprindo assim as últimas profecias oráculo e pondo fim as maldições sobre a Casa Real de Tebas.

II – O feminino

Pretendemos discutir nesse trabalho, em que medida, Antígona, nossa personagem principal, chega ou não a ser subversiva e revolucionária e em quais sentidos? Ela é subversiva por obedecer a uma lei mais antiga e superior - a de que se deve enterrar os mortos? Ela não é subversiva, por obedecer aos deuses, mas torna-se quando desobedece ao rei. Em que sentido, podemos afirmar que ela é revolucionária? Ela chega a sê-lo?

Muitos artigos têm sido escritos sobre essa personagem tão complexa, abordando diferentes aspectos e relacionando-a a outros tantos temas de caráter interdisciplinar. Não temos o intuito de esgotar todas as possibilidades e questionamentos que a leitura dessa tragédia nos suscita, antes queremos potencializá-los e desdobrá-los dentro das delimitações que nos propusemos.

Assim, passemos à nossa exposição:

Antígona é o símbolo da resistência contra um rei tirano e as leis de um governante irredutível em suas decisões. Ela é a voz das mulheres gregas, que não podiam expressar o que pensavam e tomar atitudes sem serem reprimidas pelos homens. A princesa é leal à sua palavra e aos seus, não deixando que o corpo de seu irmão padecesse sem sepultura e a suposta fraqueza feminina diante da soberania masculina, cai por terra quando uma mulher mostra-se mais forte que um homem nas questões em que ele lhe impõe.

O enredo gira em torno do conflito entre a princesa e seu tio, rei de Tebas e, portanto a quem ela deveria respeitar.

Mas, se nos perguntarmos sobre as vertentes desse conflito descobrimos que ele vai além da oposição entre a princesa e o governante, entre tio – que exerceria também aqui a autoridade de pai - e sobrinha, ou seja, dos âmbitos das relações sociais e familiares e tantos outros que poderíamos apresentar. Todavia, aqui nossa questão concerne a questão de gênero: masculino e feminino que encerra em si muitos questionamentos, dogmas e posições que vão além das personagens gregas e do tempo em que em que foram escritas essas tragédias, posto que suscitam essa revisão ainda hoje, na contemporaneidade.

Em nossa digressão sobre o feminino podemos retomar o clássico *I Ching* chinês, que se originou na dinastia Chou (1150-249 a.C.) é muito utilizado até hoje por conta da psicologia junguiana, tendo em vista os estudos sobre o inconsciente individual e coletivo do terapeuta suíço. Esta obra explica que o principal postulado é o “Grande princípio primordial” de tudo o que existe, ‘t’ai chi’ que significa viga mestra. Segundo a tradição, o ‘t’ai chi’ é simbolizado por um círculo dividido entre a luz e a escuridão, yang e yin. Este representa o feminino e o outro, o masculino. De acordo com esses princípios, o yin está ligado à devoção, à suavidade, à terra, aquilo que é Receptivo, em relação de complementaridade com o Criativo, yang.

Aplicado ao âmbito humano, o princípio dessa relação complementar encontra-se tanto nas relações entre homem e mulher (...) não se deve, entretanto, ver aqui um real dualismo, pois existe entre os dois princípios um relacionamento claramente definido em termos hierárquicos. O Receptivo em si é, evidentemente, tão importante quanto o Criativo (...) só quando se abandona essa posição e tenta colocar-se ao lado do Criativo como um ser igual, torna-se nefasto. A consequência seria, então, oposição e luta contra o Criativo, trazendo infortúnio para ambos. (WILHELM, 1995, p.33)

Esta citação nos leva a inferir sobre as designações do papel que o feminino representa – não só para a cultura oriental, mas reverbera por toda a tradição ocidental. Suavidade, recepção e submissão são traços que se solidificaram ao longo dos séculos. A educação das mulheres reitera, até bem pouco tempo atrás, esses traços.

Pensemos em Antígona como a personificação da mulher grega, tratada como parte da casa e dos bens do homem. Sua relação com o privado era estreita, enquanto a esfera pública lhe era negada. Isso porque sua fraqueza equiparada à força do homem também lhe fazia ignorante para assuntos que saiam do campo de suas tarefas, que eram sempre ligadas ao bom andamento do lar e ao zelo por sua casa e prole.

Para Aristóteles, a mulher é o complemento do homem, à medida que deve haver união entre ambos, uma vez que, um não subsiste sem o outro. Isso para o filósofo se dá pelo fato de homem e mulher serem dependentes por natureza. Sendo assim, o homem é “aquele que pode antever, pela inteligência, as coisas, é mestre por natureza;” (ARISTÓTELES, 2000. pg.144). A mulher serve para servir o homem e sua completude em relação a ele se dá devido a força do mesmo em relação a sua fragilidade. Para Aristóteles, isso se dá essencialmente para que a espécie continue e se preserve naturalmente.

Em A República, Platão afirma que a mulher poderá desempenhar as mesmas funções que o homem, tendo em vista que a soberania masculina se dá pela força e não pela capacidade. Sendo assim, a mulher pode chegar a ser uma militar assim tal qual o homem, mas como sua força em relação ao homem por ser inferior, recomenda-se que ela desempenhe papéis que são compatíveis a suas habilidades, tais quais, preparar o alimento, cuidar do lar e dos filhos.

A justificativa para tanto, encontra-se no livro V da República: não há entre as mulheres e os homens diferença alguma a não ser que as funções corporais de um e de outro são diferentes e que, “(...) nem por isso teremos como provado que a mulher é diferente do homem (...) deixamos de afirmar que nenhuma distinção de emprego deverá de haver entre guerreiros e mulheres.” (PLATÃO, 1962. pg. 199).

Nem por isso podemos afirmar que Platão foi um defensor dos direitos femininos para a criação de uma sociedade mais justa, ao passo que ele defendia que a mulher poderia desempenhar as funções ditas como masculinas, mas que seria necessário “lembrar algumas exceções, como tecer lãs, fazer bolos e condimentar guisados, em que as mulheres parecem levar vantagem e lhes seria ridículo confessar-se vencidas?” (PLATÃO, 1962. pg. 200). A resposta dessa pergunta feita a Glauco, ainda no livro V da República, seria que ao homem e a mulher cabiam papéis que lhe seriam mais justos e que se desempenhados por seus opostos pareceriam vergonhosos. Ou seja, Platão justifica a posição feminina na sociedade grega antiga.

A definição das características do papel da mulher que se constituiu ao longo da história da cultura ocidental, será retomada pelos escritos de Simone de Beauvoir, ou seja, a ideia de que além dos atributos virtuosos do cuidado com a casa, filhos e marido, sua colaboração reforçava os ideais de bem-estar da comunidade em que estava inserida e que, poderia ter sido guerreira, mas, sendo o homem mais forte, ele aceita sua relação de passividade e de protegida.

As ideias da pensadora retomam os estudos anteriormente realizados por expoentes da antropologia. Nesse momento, cabe também a inserção da psicologia e as indagações de Reich quanto ao papel tradicional da mulher diante da vida e do casamento.

Retomando os estudos de Malinowski, Reich se pergunta: em que consiste a função social do casamento? Para o terapeuta, há uma tripla função. A primeira toma por base o caráter econômico, pois sua instituição coexiste com o aparecimento da propriedade privada, que socialmente, reitera a dependência econômica da mulher e dos filhos, configurando-se de maneira autoritária.

E, por fim, a função social que mantém o status quo dessa configuração. Ora, este modelo pode ser remontado aos primórdios da própria civilização. Nietzsche e Freud já apontavam que para que houvesse cultura, seria necessária a repressão dos instintos.

Freud acaba por aprovar todas as instituições, mesmo as mais repressivas, desde a família ao aparelho do Estado, inclusive a moral burguesa. O fato de elas serem repressivas, longe de as tornar contestáveis, leva a legitimá-las, já que não pode haver progresso social sem sublimação, nem sublimação sem repressão. (REICH, 1989, p.51)

As investigações de Reich vão ao encontro da filosofia de Simone de Beauvoir. Para ela, na história da cultura e mais particularmente, da cultura ocidental, a hierarquia dos sexos se estabelece levando-se em conta os feitos do homem: sua força física diante da mulher, fez com que ele desenvolvesse ousadia e destemor, levando-o a conquistar terras que pertenciam a outros homens. Estes valores, enaltecidos pelo reconhecimento social, consolidaram-se.

Para a filósofa “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial O homem é o Sujeito o absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2009. pg.17). Assim, a mulher se sujeita ao homem, torna-se subversiva em relação as suas vontades e justificavelmente o Outro diante da predominância do Um.

Reich e Simone de Beauvoir retomam as teses de Engels sobre a vida dos povos primitivos calcado em primeiro lugar, no próprio modo de produção, e em segundo lugar, ao matriarcado que é caracterizado pela grande liberdade da mulher. Não há laços duradouros, o que preconiza a ideia de que nessa sociedade, só se sabe verdadeiramente quem é a mãe. O pai pode ser considerado “a reencarnação das larvas ancestrais que flutuam ao redor de certas árvores, certos rochedos, certos lugares sagrados e que descem no corpo da mulher.” Sendo assim, “muitas vezes, os filhos pertencem o clã da mãe, usam-lhe o nome, participam

de seus direitos e , em particular, do gozo da terra.” (BEAUVOIR, 1986. pg.106). A ruptura desse modo de ser se deu pela descoberta da agricultura e domesticação dos animais, que tornou o homem sedentário. Este processo, segundo os autores, favoreceu a preponderância do homem sobre a mulher, instaurando a soberania masculina.

A mulher torna-se, refém da fragilidade de seu corpo e de sua própria capacidade de abrigar em seu ventre uma criança. A pensadora explica que

Em muitos casos as mulheres eram bastante robustas e resistentes para participar das expedições dos guerreiros (...) (BEAUVOIR,1986. pg.100), porém, as inconveniências de seu sexo lhe obrigavam a permanecer junto ao lar , zelar por sua manutenção e pelo bem estar do homem, uma vez que, feminino abarca a gravidez que, para a mulher era um destino biológico inevitável e “os filhos constituíam para ela um encargo e não uma riqueza (...)” e “(BEAUVOIR, 1986. pg.101).

Porém, a mulher também almeja a liberdade do homem, ela é “habitada pela transcendência e seu projeto não está na repetição, mas na sua superação em vista a um futuro diferente; ela acha no fundo de seu ser a confirmação das pretensões masculinas” (BEAUVOIR, 2009. p. 103). Sendo assim, caso ela se associasse ao homem em festas, celebrando seus êxitos e vitórias e então, justificasse suas funções enquanto cuidadora do lar ao passo que suas forças não lhe permitissem mais que isso.

De acordo com Beauvoir, uma vez que a mulher aceita sua fragilidade, bem como a maternidade e a segurança oferecida pelo homem, ela ganha destaque e importância nessa sociedade primária e passa a ser reverenciada por sua condição:

Quando o papel da mulher se torna mais importante, absorve ela, em quase sua totalidade, a região do Outro. Aparecem, então, as divindades femininas através das quais se adora a ideia da fecundidade. (BEAUVOIR, 2009. p. 109).

Retomando a tragédia, podemos observar que Antígona está inserida em uma sociedade passa a cultuar a mulher enquanto deusa da fertilidade, mãe terra, e entidade protetora do lar e do casamento, presentes na figura da mitologia – Gaia, representante da gênese grega e persona ligada a terra; Perséfone, deusa da fertilidade e da colheita; Atena, deusa da sabedoria; Hera, deusa do casamento – e que possibilitam que o homem se apoie em um mundo transcendental para justificar sua unidade.

II.1 – Antígona: subversiva? Revolucionária?

De acordo com o dicionário Michaelis, subverter é “*revolver de baixo para cima; é arruinar, desordenar, perturbar ou transtornar. E ainda, aliciar para ideias ou atos subversivos; é revolucionar.*” Esse último refere-se a *excitar, instigar*. Tais adjetivos são ditos daqueles que tramam e incitam a mudanças por descontentamento diante de uma ação de outrem.”

Todavia, para a confecção deste trabalho, entendemos que o conceito de subversão estaria ligado ao âmbito do privado e o de revolução para o político. Desta forma, as relações de Antígona com a figura de Creonte, estariam ligadas respectivamente à figura de tio e de rei de Tebas, respectivamente. Entendemos, conforme nos explicita Abbagnano que o conceito de revolução está ligado à quebra de paradigma político. Portanto, podemos dizer que, o termo é a “violenta e rápida destruição de um regime político, ou a mudança radical de qualquer situação cultura.” (ABBAGNANO, 2007. p. 859)

Tendo esclarecido os termos aqui empregados, retomamos a pergunta a que esse artigo pretende responder: Antígona, revolucionária e subversiva? Em que medida seus atos lhe levam a tais extremos?

II.1.1 – Subversão.

Lembremos que Antígona é essa mulher que deve completar o homem, suprimindo suas necessidades em relação ao lar e a perpetuação da prole, seguindo as ordens que recebe sem as contestar. A soberania de Creonte lhe bastaria, assim como sua capacidade de empreender e zelar por sua nação, afastando o que lhe parece ímpio e nocivo.

Porém, a princesa desrespeita as leis e faz-se notar por sua inabalável força e empenho em seguir as tradições e garantir que seu irmão receba as devidas homenagens fúnebres. Ela desafia seu tio para poder dar a um dos seus o que é garantido pelas leis dos deuses e, então perguntemo-nos o que a princesa, enquanto mulher reivindica, qual sua consciência de si e o porquê de sua revolta – afinal, Antígona procurava equiparar-se aos homens? E sua reivindicação seria realmente absurda? E mais, qual era seu papel para com os homens de sua linhagem?

Polinices, irmão de Antígona, fora condenado a padecer nos arredores de Tebas, a mercê de feras que lhe quisessem macular o corpo. Isso se dá por sua aliança com inimigo de sua nação, atitude que fora mal vista por Creonte que proclama o edito que tanto aflige a sua irmã. Ora, não enterrar qualquer indivíduo era um desrespeito aos deuses, além de que as tradições sepulcrais eram, em grande parte, garantidas as mulheres.

A morte na Grécia antiga era tão importante quanto à vida e isso se dava devido à convicção que a alma tinha um caminho a seguir mesmo depois de abandonar o corpo e, portanto, era de extrema importância que os rituais fúnebres fossem cumpridos para que ela fosse guiada até seu destino. Para a religião pública, segundo a tradição, as almas peregrinariam até o Hades, o local do mundo dos mortos.

Nos diálogos platônicos, no Fedón encontramos uma passagem esclarecedora no que concerne ao destino das almas no Hades, segundo Sócrates. Para Sócrates, no Hades há muitas moradas que se assemelham a uma bola de couro costurada à mão. Quando abandonava o corpo a alma deveria seguir para um dos quatro rios que compunham o Hades, “ora, esses rios são em grande número, de grandes dimensões e de todos os tipos. Entre esses muitos, contudo, destacam-se quatro. O maior e que flui externamente [à terra] é o chamado Oceano; a ele se opondo e fluindo na direção oposta está o Aquereonte, o qual flui através de vários lugares desertos e, passando sob a Terra, alcança o lago aquerusiano. [...] O terceiro rio nasce entre os dois primeiros e próximo de seu nascente cai em uma vasta região que arde em grande fogo, onde forma um lago maior do que nosso mar, um lago fervente de água e lama. [...] após efetuar repetidas vezes um tortuoso curso subterrâneo, corre para o Tártaro a um baixo nível. Esse é o rio a que se dá o nome de Piriflegetonte. [...] flui primeiramente para uma região terrível e selvagem, toda de uma coloração de um azul escuro e cinzento; o nome desse rio é Estígio e o lago que se forma com seu fluxo é o Estige.” (PLATÃO, 2008. p. 271/272).

A crença grega diz que, normalmente a alma é julgada de acordo com base na existência que viveram, corretamente, com a presença da religião ou sem ela. Aos que viveram com grandes virtudes cabe o Aqueronte, onde são purificados, recebendo ora punição por seus atos em vida e sendo assim absolvidos. Os que cometem graves faltas, vão para o Tártaro e, “contudo, os curáveis, mas que ainda assim cometeram faltas – os que, por exemplo, num momento de ira agrediram pai ou mãe, mas passaram o resto de suas vidas em arrependimento, ou que mataram alguma outra pessoa em condições semelhantes – também esses são necessariamente lançados ao Tártaro, mas um ano depois a corrente os arremessa para fora, os culpados de homicídio através do Cocito, e os que agrediram os pais através do Piriflegetonte. E depois de haverem sido lavados pela corrente ao lago aquerusiano, eles brandam e clamam, chamando aqueles que mataram ou agrediram insultuosamente, erquendo a eles súplicas e lhes implorando que lhes permitam sair do mar para o lago. Se conseguem persuadi-los, realmente passam do rio ao lago e seus castigos findam; se não conseguem, voltam ao Tártaro e deste aos rios, o que se repetirá enquanto não persuadirem aqueles que foram vítimas de suas injustiças, pois é esse o caráter da punição que lhes foi imposto pelos juízes.” (PLATÃO, 2008. p. 272/273).

Platão nos diz em seu diálogo em que trata essencialmente da alma, Fédon, que, “não seria próprio de um homem sensato sustentar que tudo isso é tal (...) Entretanto, penso que poderia arriscar-se a crer – pois se trata de um nobre risco – que isso, ou algo semelhante seria verdade no que se refere às nossas almas e suas moradas [...]” (PLATÃO, 2008. pg. 273).

Tanto na tradição advinda pela religião pública quanto nos escritos pertencentes ao fenômeno socrático-platônico acreditava-se em uma alma. “Ao contrário do pensamento moderno, a morte para os antigos gregos não era um momento, mas um processo (...), ou seja, a morte para os gregos envolvia três processos: estar morrendo, estar morto, e não estar enterrado e estar morto e enterrado.” (SANTOS, 2011. pg. 2). Isso evidencia que as crenças num submundo e num caminhar a ser percorrido pela alma eram reais e por isso os rituais de sepultamento e de morte eram importantes na sociedade grega.

Além do caminho a subterrâneo, os gregos achavam que o falecido poderia interceder junto às entidades e assim prejudicar ou ajudar os vivos, “[...] dependendo das ações praticadas pelos últimos com relação aos rituais funerários.” (SANTOS, 2011. pg. 4). Então, deixar de sepultar e seguir os rituais poderiam ser prejudiciais para os que permaneciam em vida. Por isso, os mortos continuavam tendo direitos mesmo depois de enterrados e, sendo assim, “Sólon transformou em crime de ofensa falar mal ou contar mentiras sobre os mortos. Em alguns casos, o herdeiro poderia processar o ultrajante. Negar os ritos funerários do morto era considerado *hybris* contra o morto.” (SANTOS, 2011. pg. 5).

Esses rituais eram de responsabilidade das mulheres da família que, a princípio, preparavam o corpo para o sepultamento, pois, o contato com o mesmo poluía e afastava da sociedade aquele que o teve de maneira direta e, era por isso que o luto das mulheres era ainda mais longo que o dos homens e elas tomavam papel principal nos demais rituais fúnebres. Então, a figura feminina estava presente em toda a *phóthesis* (conjuntos de rituais preparatórios), pois, embora fora da casa às mulheres devessem dar espaço aos homens, dentro elas conduziam o ritual de preparação do corpo, homenagens e castigos. Passado três dias do sepultamento, cabia novamente a elas prosseguir com o ritual – no então, *ta trita* – e continuava no *ta enata*. Eram dois momentos importantes nos quais a mulher estava presente e obtinha grande destaque perante a sociedade.

Sendo assim, era nessa hora que a mulher tomava um papel de destaque na sociedade, ela mandava os rituais e era notada pelos outros indivíduos por sua capacidade de se conectar com o divino. Isso se dava não só os ritos fúnebres, mas também nos de nascimento e casamento, pois a mulher era ligada à manutenção da comunidade.

Antígona e sua irmã, Ismênia, como mulheres e irmãs de Polinices, tinham o dever de zelar pelo corpo do falecido e assim garantir a manutenção de sua casa e da própria Tebas, mediando o direito dos homens e assegurando suas leis. Esse direito lhes foi negado na hora da morte do pai, pois só o rei Teseu, protetor de Édipo quanto este esteve em Corinto, poderia ver onde o ancião findaria seus dias. Mais tarde, o mesmo, por Creonte, que insiste em negar os rituais a Polinices, um dos príncipes de Tebas. Sua atitude é desrespeitosa ao falecido e traria apenas olhares de reprovação, mas na então situação ele é o rei e sua vontade em forma de leis deveria ser respeitada.

Assim como Ismene, Antígona deveria respeitar Creonte, devido sua condição e rei e parente masculino mais próximo. Elas deveriam obedecer a suas ordens para que elas fossem legitimadas perante os homens, uma vez que é isso que lhe tornara verdadeiramente rei – a não desobediência deveria estender-se dos homens do povo, as mulheres da sua casa. Creonte afirma que,

Se alguém, sendo o supremo guia do Estado, não se inclina pelas decisões melhores e, ao contrário, por algum receio mantém cerrados os seus lábios, considero-o e sempre o considerarei a mais ignóbil das criaturas; e se qualquer um tiver mais consideração por um de seus amigos que pela pátria, esse homem eu desprezarei. (SÓFOCLES, 2014. pg. 208).

Creonte, nem por suas sobrinhas, pretendia revogar sua ordem, então proclamada diante de toda Tebas e prosseguir os tão importantes rituais de sepultamento e de morte.

Simone de Beauvoir abre uma discussão importante em vista que Antígona fora fiel a seu pai e seu irmão e que Creonte é irmão de sua mãe, Jocasta. Ela afirma que a mulher deve ao homem, pois, “[...] ela se encontra sempre sob a tutela dos homens; a única questão consiste em saber se após o casamento ela fica sujeita à autoridade do pai ou do irmão mais velho – autoridade que se estendera também aos filhos – ou se ela se submete, a partir de então, à autoridade do marido. Em todo o caso, Simone cita Lévi-Strauss: “A mulher não é nunca se não o símbolo de sua linhagem... A filiação matrilinear, é a mão do pai ou do irmão da mulher, que se estende até a aldeia do irmão.” Ela é apenas a mediadora do direito, não a detentora.” (BEAUVOIR, 2009, p. 111)

A filósofa ainda levanta um aspecto importante sobre a submissão feminina, o poderio dos homens e a autoridade que lhes era legítima sobre a mulher. Ainda que, Antígona acompanhe seu pai de bom grado e que garanta ao irmão conforto em seu repouso pós-morte, a princesa cumpre acima de tudo suas obrigações como mediadora entre os seus.

Antígona acompanha seu pai por todo seu trajeto de peregrinação e mediocridade, ela zela por seu bem estar enquanto deve se submeter a sua autoridade. Ela é a filha que ajuda o pai de bom grado, pois, lhe tem amor, em vista que como mulher, mediadora de sua comunidade, ela toma o lugar da mãe e continua zelando por seu lar e pelos seus. Pois, embora Édipo torne-se errante e furibundo, a princesa lhe garante conforto da melhor forma possível, tornando-se os olhos de um velho cego. Isso se evidencia na forma que Édipo refere-se à filha quando chega a Colono: “Mas, se vês um chão onde eu possa deter-me e repousar (...) leva-me à pedra, então e cuida deste cego. (SÓFOCLES, 2014. pg. 103).

Em vista que seu pai perdera a pátria, a comunidade que a princesa conhecia não se deslocou junto com a autoridade paterna. Em vista que ela e seu pai aceitavam a condição de forasteiros, ela desconhece outro lar que não Édipo. Em suas falas ela demonstra lealdade e legitima o lar temporário em vista que, para ela cada ordem dele, “Será como desejas; teu prazer é o nosso.” (SÓFOCLES, 2014. pg. 165). Sendo assim, quando Édipo encontra a morte, ela e Ismene voltam a Tebas, pois, longe do pai, as terras tebanas são o único lar que ela conhece.

Ao passo que, Polinices suplica em vão a ajuda do pai, sua irmã lhe promete lealdade e reforça os laços fraternos. Ela se compadece pelo irmão e por isso tenta em vão ajuda-lo aconselhando-o: “Ordena ao teu exército que volte a Argos tão depressa quanto possível, se não queres destruir-te a ti mesmo e à tua cidade (SÓFOCLES, 2014. pg.178).

E, Polinices recusa a sugestão da princesa reforçando o predomínio da força e honra masculina: “Como poderia assumir o novamente o comando das tropas depois de acovardar-me nesta ocasião?” (SÓFOCLES, 2014. pg.178).

Resignado diante da recusa de seu pai, Polinices roga as irmãs que lhe garantam funerais dignos para que sua alma não se perca no submundo. Ele pede as irmãs funerais dignos: “Porém, quanto a vós duas, queira a Zeus conduzir-vos por caminhos bons se após a minha morte me proporcionardes os funerais pedidos.” (SÓFOCLES, 2014. pg.179).

Ao passo que Antígona lhe elege a irmão dileto a quem em outras circunstancias pertenceria sua tutela na falta da do pai e que, portanto lhe devota amor diante das desventuras de seu destino. Antígona então, ao voltar para Tebas encontra o irmão morto e abandonado para padecer e, então, vê-se na obrigação de sepulta-lo. É tramando o sepultamento do cadáver de Polinices que a princesa torna-se subversiva frente a Creonte, que antes de ser governante de Tebas é parente de sua mãe, a rainha Jocasta, portanto, seu tio.

A princesa pede ajuda a sua irmã, pois, sua obrigação também cabia a Ismene. Ela era mulher assim como Antígona e por isso devia honrar os rituais fúnebres. Além de que o pedido de Polinices se estendia as duas, bem como a morte de seus parentes responsabilizam ambas pelo bem familiar – no caso o próprio sepultamento do irmão, ao passo que era o que lhes restava.

Ismene se mostra o oposto da irmã. Sua temeridade evita que ela trame contra o tio e seja subversiva como Antígona diante das ordens dele para não sepultar o corpo de Polinices.

Retomamos a que diz Jorge Deserto em seu artigo, *Creonte no exercício do poder*, sem relação à recusa de Ismene ao pedido de sua irmã para prestar honras fúnebres a Polinices: “Para fundamentar a sua recusa, Sófocles coloca-lhe na boca duas distintas razões: por um lado a condição de mulheres que ela e a irmã partilha, por outro a inquestionável necessidade de obedecer aqueles que detêm o poder.” (DESERTO, J. 1997. p. 468)

Assim, Ismene lembra a irmã: “E não nos esquecemos que somos mulheres e, por conseguinte, não poderemos enfrentar, só nós, os homens. Enfim, somos mandadas por mais poderosos e só nos resta obedecer essas ordens e até outras inda mais desoladoras. (SÓFOCLES, 2014. pg. 203).

Antígona recusa a preocupação de Ismene:

Procede como te aprouver; de qualquer modo hei de enterrá-lo e será belo para mim morrer cumprindo esse dever [...]” e ainda mostra sua posição diante da ordem de Creonte e o amor pelos que já foram, “[...] repousarei ao lado dele, amada por quem tanto amei e santo é o meu delito, pois terei de amar aos mortos muito, muito tempo mais que aos vivos (SÓFOCLES, 2014. pg. 204).

A partir de então, começa o conflito entre Antígona e Creonte, pois, obstinada a honrar os seus e proporcionar um funeral digno a seu irmão dileto, a princesa torna-se subversiva, pois coloca em prática seu plano de desrespeitar as ordens daquele que, em primeiro momento, faz papel de seu tio e, portanto, aquele a quem ela deveria respeitar como figura masculina de autoridade.

. A fim de honrar seu Polinices, foi necessário à princesa enfrentar as ordens vigentes em Tebas e mostrar-se contrária ao seu espaço e dever de mulher – ela empreende esse enfrentamento.

II.1.2 – Revolucionária?

Conforme, exposto anteriormente, nossas questões se desdobram quanto ao caráter revolucionário de Antígona, se é que ele existe, ampliando a relação entre nossa personagem e seu Tio Creonte, para a esfera política e pública, isto é – a relação entre a princesa Antígona e o Rei Creonte. Nesse sentido, Creonte foi desrespeitado enquanto soberano, deixa de lado a persona de tio e assume a de rei.

Creonte mostra sua determinação em defender Tebas incessantemente e sua tirania atinge é determinada pelo amor a terra, pois, para ele, bom cidadão e governante, “o amor à pátria é erigido como um valor absoluto. Mas não há qualquer espécie de meio termo. O bem comum, os cidadãos, parece estar ausentes desse programa, assente numa firmeza de convicções onde os valores parecem esquecer-se da vida” (DESERTO, 1997. pg. 470)

Porém, Antígona não reconhece a autoridade que de rei que a Creonte é imputada, à medida que para ela, ele não representa a figura de governante. Isso em vista das ofensas feitas a ela, a seu pai e irmã, pois, quando nas terras de Teseu, Creonte usa palavras ofensivas a fim de obrigá-los a regressar a Tebas: “Ah! Infeliz! Nem todo o tempo vivido deute bom senso; a tua velhice! (SÓFOCLES, 2014. pg. 148).

E, ainda: “Chegou a hora de levardes, mesmo à força se ela não resolver ir espontaneamente (SÓFOCLES, 2014. pg. 150). As palavras dirigidas ao furibundo Édipo ofendem a princesa, ato que desfigura seu semblante, algo que não se faz presente nas mulheres, aqui tão bem representada pela resignada Ismene.

Em vista que, para Creonte, o não sepultamento de Polinices seria benéfico para seu país, qualquer cidadão que agisse contra suas ordens seria duramente punido como traidor, já que para ele, o príncipe assim o foi enquanto vivo. Mas, o ato vindo de Antígona, lhe ofende e desagrada com maior força.

Esse desagrado do rei para com Antígona é dado por sua condição feminina. O sexo feminino, obediente às vontades masculinas, é o de submissão a ele enquanto parente e governante. Para seu filho Hêmon, Creonte expõe o desprezo que sente por Antígona, transgressora da ordem dada pelo rei e rebelde enquanto mulher e sobrinha. Ele lembra a seu filho que mulheres são inferiores aos homens: “Jamais debes perder o senso, filho meu, pela volúpia de prazeres, por mulheres, ciente de que tal satisfação esfria quando a mulher com quem convives é perversa”.(SÓFOCLES, 2014. pg.229)

Bem como repugna a Antígona reconhecendo sua tutela sobre ela: “Se eu for criar parentes meus na desobediência, inevitavelmente hei de enfrenta-la com maior razão nos outros.” (SÓFOCLES, 2014. pg.230).

E ainda colocando a princesa como cidadã tebana, (e com isso reforçando seu caráter revolucionário) que deveria seguir suas leis: “Aquele que na própria casa é cumpridor de seus deveres, mostra-se-á também correto em relação ao seu país (SÓFOCLES, 2014. pg.230)

Hêmon justifica a dependência do homem pela figura mulher amada, dando prioridade a Antígona frente às outras mulheres que seu pai lhe oferecera. O fato demonstra a legitimidade do casamento que é visto como natural, frente ao encontro necessário do macho e da fêmea, bem como assegura a proteção e faz parte dos deveres do homem e da mulher.

Por seu turno, Foucault retoma a ideia de Reich e afirma que o casamento fora por muitos um princípio natural e que o ser humano é levado a ele por via racional além de natural. O filósofo discorre essa ideia com base em Musonios, Epicteto e Hierocles, a medida que o casamento não se refere uma vantagem, ou como dito em suas palavras, um “valer-mais”, mas é um dever. Assim, a união de dois indivíduos

Também está implicada, a título de elemento, no conjunto de tarefas e deveres aos quais o ser humano não se deve furtar, a partir do momento em que ele se reconhece como membro de uma comunidade e parte do gênero humano: o casamento é um desses deveres mediante os quais a existência particular tem valor para todos. (FOUCAULT, 1985. pg. 156).

E ainda, Foucault esclarece que o casamento não admite discussões acerca de suas vantagens e desvantagens, mas é útil de tal forma que se torna obrigação de homens e mulheres pertencente a uma sociedade:

Como vemos, o princípio de ter que se casar está fora do jogo comparativo entre vantagens e os aborrecimentos do casamento; ele se expressa como a exigência para todos de uma escolha de vida que se dê a forma do universal porque é conforme à natureza e útil a todos. (FOUCAULT, 1985. pg. 157)

De acordo com a ideia, se casados Antígona e Hêmon se protegeriam mutuamente, pois tornar-se-iam membros de uma comunidade e se justificariam enquanto seres humano. Sendo assim, o príncipe faz frente ao pai pela utilidade do casamento que e pelo sentimento de reconhecimento que resultaria da unidade junto a sua futura esposa.

Beauvoir justifica a unidade resultando entre a união entre homem e mulher afirmando que eles se apresentam como complemento frente às necessidades criadas pelas condições

naturais, as carências e as capacidades desenvolvidas por ambos, uma vez que o homem se justifica como guerreiro, conquistador e mantenedor das condições que vive a mulher, ao passo que ao contrário, ela é frágil e refém de sua maternidade, que a obriga desenvolver as funções que lhe fixavam ao lar

Para a filósofa, homem protege e assegura as necessidades básicas da mulher, uma vez que, ela se encontra entre “os trabalhos domésticos a que ela está votada, porque só eles são conciliáveis com os encargos da maternidade, enceram-na a repetição e a imanência.” (BEAUVOIR, 2009. p. 102).

Dessa forma, inferimos que Antígona é subversiva quando se decide por dar as honras ao irmão mesmo que sozinha, desrespeitando assim a ordem dada por seu tio, que condena o corpo de seu irmão. Ela o faz, pois não reconhece em Creonte a figura masculina a quem se associar, bem como é privada de realizar as honras que, entre outras tarefas, lhe garantiam utilidade enquanto figura feminina.

O caráter revolucionário que a personagem assume lhe cabe devido ato consumado de sepultar o irmão e o desrespeito à ordem de Creonte, que deixa de ser tio e torna-se essencialmente rei de Tebas, a quem ela deve respeito como cidadã. Eis que, uma mulher apronta tal aventura de ignorar uma lei elaborada por um homem e, ainda, levantar e sepultar um corpo sem vida.

Sua revolução não se estende devido à opção de Antígona de morrer por sua causa, evitando investir contra Creonte e assim tomar o poder pra si. Assim, a obra de Sófocles não gira em torno do triunfo da princesa sobre o rei tirano, bem como não inspira as mulheres gregas tomar o poder, mas lembra-as de seus deveres e questões mais naturais, à medida que mostra a luta de uma mulher pelo direito de sepultar, honrar e zelar por homens a quem ela deveria respeitar.

De acordo com Beauvoir, o homem não sofre por medo de ser traído pela mulher em vista que elas aceitam sua condição de ‘inessencialiabilidade’, uma vez que, são livres e o compreendem como o essencial:

[...] sempre existiram mulheres livres, isto é, revestidas de dignidade religiosa e social; elas aceitavam a soberania do homem e este não se sentia ameaçado por uma revolta uma revolta que o pudesse transformar, por sua vez, em objeto, a mulher apresentava-se assim como o inessencial que nunca retorna ao essencial, como o Outro absoluto, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 2009. p. 209)

Sendo assim, Antígona serve de exemplo e inspiração as mulheres, ela descortina e abre possibilidades. Cria precedentes. Antígona é compreendida como uma figura libertadora, subversiva, pois a partir de sua vontade, transgride as ordens de Creonte. Age de maneira revolucionária ao levar às vias de fato suas ideias, sem, no entanto, propor uma mudança radical no status quo. Ela permanece fiel aos seus, tendo em vista que é mulher e não deixa de sê-lo mesmo quando empreende ações que não lhe seriam próprias para aquele contexto.

MÉTODO

O método qualitativo serviu de base para esta pesquisa. Esta, fundamentada no estudo sistemático das fontes primárias – escritos de Sófocles, Platão, Aristóteles, Nietzsche, Freud, Reich e Simone de Beauvoir e das fontes secundárias – a saber, seus comentadores listados na referência bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do exposto no referencial teórico podemos identificar o caminho adotado para levar a efeito a análise proposta do conceito chave que intitula nosso trabalho. Sendo assim, inferimos a partir do que fora pesquisado ao longo do processo que Antígona pode ser considerada subversiva pois contesta as ordens do seu tio Creonte, e em certa medida, revolucionária, pois quando proibida de zelar pelos seus, que vivos ou mortos eram respeitados e amados pela mesma, age desrespeitando as ordens do rei. Ora, tal posicionamento implica em primeiro lugar, na desobediência às leis civis em função das ordenanças divinas. Em segundo, abre precedentes – o que implica na esfera pública, para que outras façam o mesmo. Todavia, entendemos que Antígona não pretende derrubar o governo para criar um novo, não pretende alterar o status quo, apenas quer enterrar o irmão morto.

A revolução da personagem não se completa, em vista que ela não toma o poder das mãos de Creonte e, tampouco inaugura uma nova maneira de pensar ou agir. Ela executa suas ações por ter a consciência de seu lugar enquanto mulher, incumbida de honrar aos seus. Porém, sem tomar consciência do fato, a princesa inaugura o espaço feminino em uma sociedade em que o homem justifica sua soberania e sua busca por superar-se, tornar-se senhor e único, enquanto a mulher é as funções do lar e da criação de filhos, bem como o bem estar do primeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antígona é a personificação da mulher grega em suas ações, pois, o conflito com Creonte se dá pelo direito de sepultar o irmão e, assim, justificar o homem. Dessa forma, a personagem reconhece o direito masculino sobre o feminino, que tem por obrigação zelar pelo bem estar do primeiro e pela manutenção do lar.

O dever de sepultar Polinices, promove a manutenção da família e da religião, uma vez que, cabe a mulher os rituais fúnebres e, com eles se asseguram as almas no mundo dos mortos. A ordem de Creonte, não atenta penas contra Antígona, mas contra os costumes do povo grego. A princesa mostra-se firme em suas decisões e, o desprezo pelas atitudes de Creonte força um desagrado que vai além do desrespeito à ordem dada por ele enquanto tio, mas ainda enquanto rei de Tebas, afirmando-a dessa forma como cidadã de seu país.

A lealdade que a princesa tem em relação a Édipo e a seu irmão Polinices, justifica a atitude de subverter as ordens parentais de Creonte, e revolucionar - de certo modo, executando seus planos de dar o devido sepultamento ao seu irmão, o que implicou na desobediência de Creonte, enquanto figura pública. A princesa considera aos seus como parte de si, e suas atitudes objetivam restaurar as ordenanças divinas, que se justificam e implicaram nas infrações. Antígona, pode ser considerada revolucionária, em certa medida, pois manteve-se leal às suas convicções e agiu movida por elas, mas não pretendeu vingar-se de Creonte, não convocou uma multidão para a realização de seus intentos, não pôs em questionamento público as suas ordens. Antígona sofre sozinha e realiza o enlace da tragédia, porém como toda a ação revolucionária, abriu precedentes – não para seu contexto histórico, mas para a história: as mulheres, atualmente, podem se tornar uma ou outra, de acordo com suas convicções em busca pela efetivação de seus direitos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES. Política. Coleção Os Pensadores. pg. 141-251. São Paulo, 2000.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

DESERTO, Jorge. Creonte no exercício do poder. Revista da Faculdade de letras e literatura. Porto, XIV. pg. 467-489, 1997.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade: o cuidado de si. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

MENEZES, MAGALI M. A filosofia feminista desde os olhares da filosofia intercultural: uma reflexão entre margens. In: Mulher e filosofia, p. 61 a 78. Porto Alegre, Ed. Fi, 2015.

PLATÃO. A República. São Paulo, Atena Editora, 1962.

PLATÃO. Fédon. In: Diálogos Socráticos, p. 187 a 278. São Paulo, Edipro, 2008.

REICH, W. Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura? São Paulo, Martins Fontes, 1989.

SANTOS, Sandra F. Ritos funerários na Grécia Antiga: Um Espaço Feminino. História, imagens e narrativa. Rio de Janeiro, n. 12, 2011.

SÓFOCLES. A trilogia tebana. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

TREVISAN, Rosana. Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo, Melhoramento, 2010.

WILHELM, Richard. I Ching. São Paulo, Editora Pensamento, 1995.

Contato: pedro.luuiz@gmail.com e angela.rezende@mackenzie.br